

## A PERFORMANCE DA FEMINILIDADE E PASSABILIDADE EM MULHERES LBTs<sup>1</sup>

Larissa Batista da Silva<sup>2</sup>  
Lara Brum de Calais<sup>3</sup>

### RESUMO:

O presente artigo é composto por uma discussão teórica sobre a feminilidade de mulheres que se relacionam com mulheres; lésbicas, bissexuais, polisssexuais, pansexuais, assexuais, cisgêneras ou transgêneras; através da linha de pesquisa: psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas, e por estudos de gênero e sexualidade. A construção social da feminilidade historicamente está associada com a performance da heterossexualidade, sendo assim uma reflexão desta associação é possibilitada, considerando que se “passar por” significa ter passabilidade enquanto heterossexual na sociedade. Ao longo da história as características desta feminilidade estabeleceram relações associadas a despatologização e apagamento das identidades LBTs, como também a hiperssexualização e a segurança, variando de acordo com os contextos. Estas identidades podem passar por situações de hiperssexualização ou pela não aceitação destas mulheres enquanto pertencentes ao grupo LGBTQIA. Observa-se que *passar por* produz possibilidades de atravessamento de novos espaços. A passabilidade opera como um dispositivo de segurança, controle e proteção, que impacta na construção das subjetividades. Ressalta-se que a responsabilidade pela segurança e proteção pertence não somente ao individual, mas também ao Estado.

Palavras-chave: Passabilidade. Mulheres LBT. Performance. Feminilidade.

## THE PERFORMANCE OF FEMININITY AND PASSABILITY IN LBTs WOMAN

### ABSTRACT

The present article is composed by a theoretical discussion about women's femininity, that have a relationship with women, lesbian, bisexual, polysexual, pansexual, asexual, cisgender or transgender; through the search line: psychology and social, community relations, and by gender and sexuality studies. The social construction of femininity historically is associated to the heterosexual performance; therefore, a discussion is enable a reflection of that association whereas that passability means “to pass” while heterosexual. Throughout history, these characteristics of this femininity

---

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 22/10/2019 e aprovado, após reformulações, em 22/11/2019.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de (CESJF). E-mail: larissabatistajf@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES JF). E-mail: laracalais@hotmail.com

established relationships associated to despathologization and erasure of LBT's identity, as well as hypersexualization and safety, diverging according to the contexts. These identities can pass through situations of hypersexualization or to non-acceptance of that woman as belonging to the LGBTQIA group. It is observed that *pass to* produce possibilities of crossing new spaces. The passability operates while a dispositif, of safety control and protection, that impacts on constructions of subjectivities. It is emphasized that the responsibility of safety and protection belongs not only to individual, but also to State.

Key-words: Passability. LBT Woman. Performance. Femininity.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, fruto de uma pesquisa teórica, visa discutir as implicações das performances da feminilidade de mulheres que fazem parte do acrônimo LGBTTTQIA <sup>4</sup>(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, *Queer*, Intersexuais e Assexuais), ou seja, mulheres LBTs, lésbicas, bissexuais, polisssexuais, pansexuais, assexuais, travestis, transgêneras e transexuais, enfim, mulheres não heterocissexuais<sup>5</sup>, e como essa feminilidade pode atuar através da passabilidade na sociedade contemporânea. Para isto, faz-se necessário compreender os processos de construção social da feminilidade, a vivência das mulheres em relação às sexualidades, a performance da feminilidade e os efeitos das relações sujeito-sociedade através da passabilidade, do olhar do outro.

As implicações das performances femininas envolvem as expectativas de gênero, que fazem parte de uma relação de proteção das normas impostas. O gênero comumente é associado com a sexualidade e também as atitudes envoltas nesta; por consequência, de acordo com Brandão (2010), perpetua-se o binarismo de gênero, feminino/masculino, passivo/ativo, impactando as relações. A partir das relações entre

---

<sup>4</sup> LGBTTTQIA representa as nomenclaturas diversas e plurais, de sexualidade, gênero e sexo biológico. Inclui pessoas que sentem atração pelo mesmo gênero, Lésbicas e Gays, pessoas atraídas por dois gêneros ou mais, bissexuais, polisssexuais e pansexuais, e aquelas que não sentem atração sexual, assexuais, mas que podem ou não sentir atração romântica.

Ao falar de identidade de gênero, a comunidade abrange pessoas que não se identificam com o gênero imposto e não se enquadram na identidade cisgênera (se identificam com o gênero atribuído ao nascer, Jesus (2012)), o que inclui pessoas transgêneras, transexuais e as travestis (abrevia-se trans). É usado também o termo *queer*, que refere a pessoas e a não consensualidade com a ideia vigente da heteronorma. A identidade de gênero não possui necessariamente associação biológica, enquanto pessoas intersexuais possuem corpos que variam biologicamente do padrão de reprodutivo biológico dito masculino ou feminino.

<sup>5</sup> Heterocissexual: pessoa que se identifica como heterossexual e cisgênero.

a feminilidade e a heteronormatividade buscou-se investigar os impactos destas performances das sexualidades, orientações do desejo, de forma histórica contextualizando as condições de existência que a passabilidade *passar por*<sup>6</sup> heterossexual produz nas formas de existências, subjetividades.

Os estudos que envolvem a passabilidade, perpassam pelas concepções de estereótipos, da roupa que envolve o corpo, entre outros elementos de performance. Conforme Duque (2013) destaca, passar por implica em revestir esses corpos para que eles não sejam vistos como diferentes e chamem atenção, corajosos ao circular nos espaços. O entendimento da sexualidade e da passabilidade pode ser compreendido através das relações de sentido do corpo, pois este, segundo Carvalho e Madureira (2018), transforma-se em mediador entre o individual e o social. Embasando nas leituras de Butler (2016), Beauvoir (1970), Rich (2010), Jesus (2012) e Swain (2012), sobre as diversas formas de existir enquanto mulher convida-se a refletir as sexualidades das mulheres em um panorama amplo, que envolve as expectativas de gênero, a feminilidade, e a passabilidade que produzem condições de existência.

## 2 UM PANORÂNAMA ACERCA DA SEXUALIDADE

As discussões sobre performatividades, para Butler (2016), em “Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade”, envolvem as dimensões de identidade de gênero, do sexo anatômico e da performance de gênero e está intrinsecamente associada aos contingentes da corporalidade<sup>7</sup>. A autora considera que as noções sobre feminilidade são constituídas como parte do caráter performativo de gênero que contribui para as formas performativas da repercussão dessas configurações.

Na leitura pós-estruturalista de Butler, (2016), sobre gênero e performances da feminilidade, observa-se a implicação nas construções dos contextos das sexualidades, uma vez que a dimensão de feminilidade reflete a dimensão de performance. Os impactos e intercessões destas dimensões convidam a uma reflexão

---

<sup>6</sup> O termo passar por será utilizado em fonte itálica para fazer alusão ao termo “passabilidade”.

<sup>7</sup> Corporalidade utilizado por referir-se ao substantivo feminino de corporeidade.

sobre a feminilidade, sua construção, e como podem ser lidas essas dimensões de performances.

Os estudos que surgem através do feminismo, historicamente buscam o questionamento da conceituação de um sistema linear sexo/gênero/desejo. De acordo com Mesquita e Perucchi (2016), não há relação direta e previsível entre sexo biológico e a identidade de gênero, tampouco como prever a quem será destinado seu desejo.

As leituras críticas acerca de tal sistema, contribuem para o processo de desnaturalização da categoria mulher e das experiências de mulheres como integrantes do contingente do sistema sexo/gênero (PONTES; SILVA, 2018). Para um processo de desnaturalização é necessário recriar as atribuições associadas a mulher (PISCITELLI, 2002), desconstruindo as relações diretamente ligadas ao sexo, superando a ideia de que “ser mulher” está associado a subordinação, passividade e domesticação modelada pela procriação.

Na construção social do corpo dito feminino, de acordo com Carvalho e Madureira (2018), são observados os impactos dos padrões de beleza nos modelos de feminilidade. Piscitelli (2002) sugere recriar a categoria a qual denominamos mulher, já Beauvoir (1970), na década de 1960, questiona o tornar-se mulher. As implicações por detrás do que se considera mulher e, para além da feminilidade e do que é feminino, envolto sobre diversas construções sociais, como colocado por Nogueira (2001), ao abordar o construcionismo social de gênero.

Faz-se relevante questionar a existência de uma feminilidade a ser considerada heterossexual, e uma feminilidade não heterossexual. Para tal questionamento utilizaremos do pressuposto da leitura de uma “heterossexualidade idealizada e compulsória” (BUTLER, 2016, p.234) sob uma hegemonia heterossexual, ou seja, partindo da repercussão de comportamentos associados aos relacionamentos de homens com mulheres como bases fundantes e morais para a sociedade.

Para Butler (2016), um sistema de matriz heteronormativa envolve, a concepção de regras estabelecidas por normas histórico-sociais de sexuação (com base no sexo biológico), que determinam a inteligibilidade discursiva hegemônica de um corpo que, para ser coerente e ter um sentido, deve seguir uma linearidade, composta por, um sexo, um gênero estável e, ainda, um desejo baseado na complementaridade dos corpos: um homem deve ser masculino e desejar uma

mulher, uma mulher deve ser feminina e desejar um homem. A heterossexualidade compulsória é uma das bases mantenedoras de um sistema hegemônico, masculino e de matriz heteronormativa.

Em contramão a heterossexualidade compulsória, as demais identidades que subvertem a lógica de gênero/sexo/desejo, (BUTLER, 2016) são dadas como identidades abjetas, marginalizadas, em seus corpos e comportamentos. Para além da heterossexualidade e da dicotomia homem/mulher e masculino/feminino, o movimento LGBT, apresentava e apresenta identidades envoltas pelo acrônimo LGBTTTQIA, unido pela não associação da heterossexualidade e/ou da cisgeneridade, das expectativas de gênero e também comportamento. Rich (2010), fala sobre uma heterossexualidade compulsória relacionada à existência lésbica, na tentativa de um apagamento sobre os registros de memórias das identidades de mulheres que se relacionam com mulheres.

Desde a primeira onda do movimento LGBT na década de 70 no Brasil (SILVA; SOUZA, 2017), sua trajetória é marcada por resistência e luta, com conflitos políticos, conceituais e identitários, o que inclui diferentes anacronismos. Este fora iniciado na década de 1970, porém, mais fortemente legitimado a partir de 1985, com a despatologização das identidades homossexuais (LIONÇO; COACCI; CARVALHO, 2018). Observando a construção das identidades em termos de coletividade Hall, (1996), pontua que a história compartilhada por um grupo e a ancestralidade em comum, impactam na relação indivíduo-coletivo, pela leitura de uma cultura partilhada.

As variáveis envolvendo expectativas de gênero da época atribuíam a mulher à vida privada, excluindo-a da vida pública, como, por exemplo, através da maternidade, ou pelo papel de esposa do lar. Desta forma, os comportamentos referentes à homossexualidade feminina convergiam, muitas vezes, ao das feministas pela interseção entre a vida pública e a considerada decadência moral (BRANDÃO, 2010). Foram criadas através destes movimentos, segundo Butler (2016), novas formas de existir e novos padrões, sendo elaborada então uma categoria específica de lésbicas-feministas, que se organizava contra a hegemonia masculina e heteronormativa (LIONÇO, et al.,2018).

A sexualidade, entendida em um panorama amplo, é atravessada pelos demais marcadores, tal como o de gênero. No presente artigo, serão abordadas em específico as sexualidades de mulheres não heterossexuais transgêneras e cisgêneras, que

compartilham de impactos da sociedade como participantes de um grupo LGBT composto pela classificação de suas identidades como, comumente, abjetas; ressaltando que mulheres cis em comparação a mulheres trans, não tem que *passar por* também em relação a identidade de gênero. Entende-se por mulher que se relaciona sexual-afetivamente com outras mulheres, lésbicas, bissexuais, polisssexuais, pansexuais e assexuais.

A sexualidade, em suas distintas formas de expressão e compreensão, é entendida por Jesus (2012) como a forma de se relacionar com o outro sexual, ou romanticamente. Já a identidade sexual compreende-se como uma autoidentificação, uma multiplicidade relacional em constante mudança (DUQUE, 2013). O sistema de matriz heteronormativa, conforme Lewis (2012; 2017) corrobora para que uma pessoa sinta desejo sexual e afetivo por pessoas do gênero oposto, contribuindo para que sejam marginalizadas as que não se percebem dessa maneira.

Entende-se por grupo de mulher não heterossexual, como dito anteriormente mulheres, lésbicas, bissexuais, polisssexuais, pansexuais e assexuais. Ao falar sobre o grupo de mulheres não heterossexual, a heterossexualidade é colocada como parâmetro de referência, reafirmando a marginalização das demais existências. Assim como Pontes (2018) observou nos relatos de sua pesquisa, os termos referentes as sexualidades foram criados por pessoas que estavam na norma demarcando as demais existências. Lê-se, desta forma, então heterossexuais como não homossexuais, colocando como referência LGBT.

Em países da língua inglesa, utiliza-se o termo WLW (*Women Loving Women*), ou o termo W/W (*women with women*) para referir-se à categoria de mulheres que se relacionam com mulheres (FIRESTEIN, 1999). No Brasil não há sigla que refira-se a tal amplitude, sendo que o termo utilizado MSM (Mulheres que fazem sexo com mulheres) denota caráter biologizante e regulatório, utilizado na maior parte dos casos para referir-se a IST's (Infecção sexualmente transmissível). Sendo assim, nas pesquisas foi encontrada a utilização do acrônimo LBT para referir-se a categoria de mulheres que fazem parte da comunidade LGBTQIA.

### **3 A PERFORMANCE E A FEMINILIDADE DE MULHERES LBT's**

A performance, do que se considera gênero, pode ser uma estratégia para manter a dicotomia deste conceito, por conseguinte uma noção binária dos corpos. Judith Butler (2016), considera gênero como um estilo corporal, intencional e performativo; os “atos de gênero” seriam então responsáveis pela ideia de gênero, a construção deste, ocultando sua gênese, produzindo a crença de um gênero natural. São atribuídas características “em relação ao que ‘podemos’ identificar como ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, e, dentro desse contexto existem roupagens ‘corretas’ que fazem com que nos aproximamos de uma feminilidade ou masculinidade hegemônica” (SOUZA, 2018, p. 327).

Nesta maneira, as discussões de Foucault (2014) sobre os dispositivos de controle e regulatórios, podem contribuir para uma leitura acerca dos processos de manutenção de categorias hegemônicas na sociedade. Assim, “o dispositivo sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas” (FOUCAULT, 2014, p.163), sob inspiração desta perspectiva, propõe-se refletir a sexualidade, a feminilidade e a passabilidade em um contexto LGBT que se constitui parte maior de um sistema heteronormativo, mantido através de discursos hegemônicos que intentam controlar os corpos através da sexualidade, como uma técnica de poder. Passar por segundo Duque (2013) implica na regulação dos indivíduos sobre os corpos, que segundo Foucault (2014), operando como uma técnica de biopoder.

O olhar do outro sobre a sexualidade feminina, sempre foi um motivo de tabu, sendo ela no sistema considerado normativo, heterossexual ou para além deste, lésbica, bissexual, pansexual, *queer*. As identidades e atravessamentos culturais sobre o que é ser mulher em sociedade se reflete nos discursos sobre feminilidade, e do que é feminino, circunscrevendo determinados corpos a ocuparem esse lugar.

Para compreender as representações e as formas de uso do corpo pelas mulheres, ou seja, as corporalidades/corporeidades, Messeder e Pereira (2013) utilizam o conceito de ato performativo, “performance”, para se referir a estes corpos inteligíveis e agenciadores de suas corporalidades. A noção de uma identidade original ou primária do gênero é frequentemente parodiada na estilização sexual das identidades *butch/femme* (BUTLER, 2016, p.237). Segundo Brandão, (2010) a visão de lésbica masculina é herdada pelo que era considerado uma “invertida autêntica”

(*butch*), enquanto a figura da mulher feminina (*femme*), era dita como não expressa a si como lésbica, pressupondo que para isso seria necessária uma roupagem diferente.

As leituras de identidades *butch/femme* são encontradas também no contexto brasileiro. Na busca em suas pesquisas Messeder e Pereira (2013) observaram na escrita da autora Cassandra Rios (2005) diferentes imagens de feminilidades da protagonista, apontando o viés de afastamento de condições patológicas, já que associadas à passividade feminina. A apresentação das roupagens do corpo feminino com vestes masculinas era lida pela aproximação do patológico, associando as lesbianidades com o que é másculo e deformado; enquanto o contrário, a permanência da feminilidade, possuía o viés de afastamento das condições patológicas, já que estas estavam associadas a passividade.

Brandão (2010) elaborou uma cronologia das percepções que se tem sobre relações afetivo-sexuais entre mulheres. Durante seu trabalho, a autora se depara com o termo inversão sexual, designada a mulheres lésbicas e bissexuais. Em suas pesquisas, a autora conclui que, o vestuário constituía e constitui também uma extensão da sua agência sexual, podendo expressar a recusa ou submissão aos papéis de esposa e mãe, ou até mesmo a luta por direitos e autonomia do feminismo da década de 1930

De acordo com Brandão (2010) as mulheres femininas que tinham desejo sexual por outras mulheres, classificadas no início do século XX pelo discurso médico como “falsas homossexuais”, sendo estas classificadas como bissexuais, narcisistas ou homossexuais não congênitas” (MESSEDER; PEREIRA, 2013, p.247). O discurso da distinção entre uma falsa e uma verdadeira homossexual, relacionava-se com o binômio passiva/ativa proveniente da visão do modelo vigente de “coito heterossexual convencional” (BRANDÃO, 2010 p.314), masculino ativo e feminino passivo, servindo aos propósitos de uma sexualidade reprodutora (BUTLER, 2016, p.197). As mulheres passivas eram explicadas pela fragilidade, sendo consideradas presas fáceis às mulheres ativas, que eram consideradas usurpadoras do papel masculino, vistas como másculas, verdadeiras homossexuais, enquanto as mulheres femininas, eram concebidas como falsas homossexuais.

As identidades sexuais podem ser entendidas como sintomáticas da mentalidade heterossexual. Butler (2016) considera tal fato como formas de identificação com a versão do opressor para a identidade do oprimido. Deste modo,



as relações de feminilidade tendem a perpetuar a dicotomia Femme/Butch nas expressões, como o caso da feminilidade, que estaria no binômio masculino e feminino. Beauvoir (1970) destaca preocupar-se com a repartição de categorias de indivíduos em dois, diferenciando-se pelas roupas, corpos, sorrisos, atitudes, interesses e ocupações.

De acordo com o discurso médico, as mulheres femininas com preferências por outras mulheres, eram lidas como não convencionais. Segundo este discurso, sua aparência associada a suas práticas era algo atípico para mulheres, sendo uma dificuldade para cientistas classificarem tal “incoerência”. Estas poderiam ser lidas pelo discurso médico, como “recuperáveis para a heterossexualidade” (BRANDÃO, 2010, p.320). A mulher feminina tende neste sentido, a surgir como mais problemática para a subcultura lésbica, encarada como uma tentativa de negação da identidade sexual.

A lesbianidade também se constitui dentro de uma invisibilidade, que também afetará mulheres bissexuais em relacionamentos com outras mulheres. Louro (2005) afirma que as lesbianidades (as formas de mulheres relacionarem amorosamente entre si) podem se constituir em sentidos mais invisíveis, pois abraços, beijos, mãos dadas, as atitudes de ter uma intimidade com a amiga/parceira são práticas comuns do gênero feminino em nossa cultura.

Devemos considerar as diferenças que permeiam as identidades lésbicas e bissexuais/panssexuais. Dentro do movimento LGBT, segundo Lewis (2017), há o que ela denomina de matriz homonormativa, que é a expectativa pressuposta da atração pelo mesmo gênero, (monossexual), reforçando a dicotomia heterossexual/homossexual, invisibilizando quem não se enquadra neste perfil, como a população trans heterossexual e as pessoas bissexuais, por exemplo. Mulheres bissexuais/panssexuais, tendem a sofrer preconceitos associados principalmente às relações de apagamento e de super-sexualização, relação intensificada quando esta afirma verbalmente sua identidade, sendo lida pelo olhar de outros como promiscuas ao justificarem e afirmarem suas performances identitárias e sendo as mesmas deslegitimadas durante o processo (LEWIS, 2017).

Existe um leque extenso de formas de expressar as lesbianidades, considera Tânia Swain (2004). A autora, ressalta o movimento de invisibilidade de lésbicas femininas, por não causarem impacto no olhar, sendo mais dificilmente identificadas

por suas sexualidades, por possuírem uma feminilidade que não se distingue da de mulheres heterossexuais. Swain (2004) acrescenta: “Talvez causem espanto, na circulação de boatos: quem diria, tão bonita, tão feminina, que pena!” (SWAIN, 2004, p. 6).

Em uma pesquisa Piason e Stray (2012) observaram que mulheres que amam mulheres reconhecem a si mesmas de diferentes formas e assumem individualmente as escolhas sobre sua sexualidade. Neste movimento dentro de performances individuais, opta-se por refletir na roupagem, na aparência, a sexualidade “exterioriza-los em sua aparência e jeito de ser assumindo nuances mais masculinas, femininas, *queer*, andróginas” (PIASON; STRAY 2012, p.128). As autoras, demarcam que ao assumir a sexualidade, algumas mulheres se afastam da regulação imposta ao corpo feminino, ou seja, da feminilidade (PIASON; STRAY, 2012). Poucos são os estudos sobre as mulheres que se aproximam ou permanecem na feminilidade imposta.

As performances femininas de mulheres lésbicas e bissexuais podem funcionar como uma forma de passabilidade na sociedade; suas identidades possuem relação com a segurança, o atravessamento de espaços e de pertencimento a um grupo, que por vezes possui a identidade marcada através das formas de vestir.

#### **4 AS EXPECTATIVAS DE GÊNERO, A FEMINILIDADE E A PASSABILIDADE**

O corpo é intensamente perpassado pelo contexto social, sendo que impacta e é impactado pelo contexto, que promove constantemente padrões a serem seguidos, colocando, por vezes, as mulheres como objetos de contemplação (CARVALHO; MADUREIRA, 2018), em uma posição passiva. Tais padrões impostos aos corpos femininos, implicam na regulação dos corpos.

O corpo é parte importante nos processos de construção das identidades individuais, conforme destacam Carvalho e Madureira (2018), pois expressa fabricações sustentadas por signos corpóreos e discursivos. Na perspectiva de Butler (2016), esses atos e gestos são entendidos como performativos. Os estudos sobre as feminilidades, de acordo com Carvalho e Madureira (2018), apontam sua relevância devido ao sexismo e as relações de poder e opressão.

Esteretótipos de gênero, constituem-se de modelos que envolvem ideais político-culturais que, tradicionalmente, atribuem à mulher, “ser bonita, sexy, elegante,

casar e ter filhos, colocando o bem-estar da família acima do dela própria, ser amorosa, compassiva, cuidar e nutrir” (LANZ, 2014, p.309). Estes estereótipos são mantenedores de uma categoria de gênero e contribuem para a vigilância e patrulhamento dos copos (FOUCAULT, 2014), a fim de perpetuar um modelo de funcionamento, de forma restritiva e repressora, através do enquadramento em binarismos de gênero (LANZ, 2014).

As relações que permeiam discussões associadas a identidade de gênero, segundo Louro (1998), constroem distintos modos de identificar socialmente, sobre as chamadas expectativas de gênero. De acordo com Rich (2010), o vestuário feminino foi elaborado para a privação de seus movimentos, como no uso de salto alto. Para Foucault (1999), os corpos são limitados a modelos, proibições e demandas que são parte da regulação social, e, para Carvalho e Madureira (2018), a feminilidade implica numa divisão entre a parte de si que é vigiada e a vigiante.

As relações entre a feminilidade e os padrões associados a beleza hegemônico, para Carvalho e Madureira (2018), estão inscritas no corpo, sujeitas ao outro. A vivência da manifestação da sexualidade no corpo feminino “deve ser ‘agradável’ ao olhar do outro”, para que esta sexualidade tradicionalmente negada possa ser exercida. Questiona-se, neste sentido, sobre uma duplicidade do julgamento do olhar, da mulher que se relaciona com mulheres, que já é sexualizada por esta condição (SWAIN, 2004) e ainda mais quando em função de uma feminilidade ideal, colocada por Bourdieu (1999), como delicada bela e magra, torna a ser submetida a estar agradável aos olhares, a qual por muitas vezes não é um desejo desta mulher.

A feminilidade, conforme Lanz, (2014) é vista a partir da figura idealizada da mulher e seu desempenho na sociedade. Beauvoir (1970, p.8) problematiza, “Se hoje não há mais feminilidade, é porque nunca houve”, porém historicamente busca-se definir a feminilidade, e mesmo que esta varie de acordo com a cultura e com elementos comuns a todas “como a doçura, meiguice, ternura, sensibilidade e capacidade de atenção e cuidado ao próximo” (LANZ, p.304).

Ao mesmo tempo em que a feminilidade é colocada através de sua historicidade, levanta-se o questionamento da feminilidade hegemônica, heterossexual, não só como uma categoria abrangente. Sendo assim, corresponde-se que a feminilidade hegemônica, imposta e padrão é tal como referente a

feminilidade heteronormativa. As diferenças entre as feminilidades heterogêneas, da mulher heterossexual, para a feminilidade apresentada pelas mulheres LBTs, devem ser questionadas e desvendadas.

As experiências do que se é entendido na sociedade como forma de ser homem ou ser mulher apontam para as práticas performáticas do gênero, que fazem parte do processo apontado por Ferreira (2017) como passabilidade. São atribuídas características “em relação ao que ‘podemos’ identificar como ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, e, dentro desse contexto existem roupagens ‘corretas’ que fazem com que nos aproximemos de uma feminilidade ou masculinidade hegemônica” (SOUZA, 2018, p. 327).

Desta forma questiona-se as diversas inter-relações da feminilidade. Brandão (2010), em seus estudos sobre a relação entre mulheres *butch* e *femme*, observou que a autenticidade da sexualidade da mulher lida como masculina seria ratificada pela presença da mulher que performa feminilidade, e assim desejada por tal, uma vez que de acordo com Brandão (2010), as associações a postura masculina são vistas como de dominação. Vale pontuar que tal leitura sobre essa relação é proveniente de discursos biomédicos, e que foram poucas as pesquisas encontradas sobre as relações de feminilidade para mulheres *butch*.

A feminilidade de mulheres trans, vem de forma a reafirmar a existência enquanto mulher. De acordo com Duque (2013), tal efeito pode ser de reafirmar também uma existência heterocentrada, normativa. A performance lésbica por vezes, vem a “desestabilizar a categoria mulher” (DUQUE, 2013, p.78). Ao entrevistar mulheres transexuais lésbicas, Duque (2013), afirma que as experiências identitárias de sexualidade e gênero não devem ser estudadas em separado. A inteligibilidade contemporânea do “ser mulher” ocorre através de novas convenções sociais, nos diversos marcadores sociais das diferenças, que se implicam e complementam.

O preconceito maior quanto a mulheres lésbicas trans, acontece principalmente quando estas reincorporam características tidas como masculina ao seu repertório de vestimentas e comportamentos, como observado pelo relato obtido por Duque (2013). Os processos de feminilidade e masculinidade são vistos como opostos, excluindo-se, para Beauvoir (1970), ser mulher é negar o que é constituído como masculino. Observamos que assim como mulheres lésbicas cisgêneras, há uma vigilância da

categoria mulher quanto ao afastamento da feminilidade imposta, ou seja, uma expectativa de gênero quanto a forma de existência.

Nos regimes normatizadores, a passabilidade ocorre na medida em que existe uma relação entre a estética da existência e o controle dos corpos, através do que Foucault (2014), denomina como disciplina dos corpos. A passabilidade segundo Pontes e Silva (2018) implica em performar o gênero, assegurando uma imagem de gênero dentro de matriz heterossexual, cisgênera, ou seja, pertencente conforme Butler (2016) a heteronorma, ao enquadramento normativo, heterossexual e cisgênero.

O termo, em específico, surge dos estudos norteamericanos, passabilidade (“*to pass*”, em inglês) e originalmente é determinado através da característica de sujeitos que buscam segundo Lanz (2014), atribuir características de gênero, sendo elas físicas, nas gesticulações, na forma de se comportar de acordo com estereótipos de gênero opostos ao que foi designado ao nascer, com as quais se identificam, como o caso de pessoas transgêneras *passarem por* sujeitos cisgêneras (FERREIRA, 2017). Para, Pontes e Silva (2018), passabilidade indica o apagamento de traços e aspectos que se situam na fronteira do gênero. As atribuições relacionadas a experiência de *passar por* atuam como conectividade entre as experiências de gênero, sexo e desejo. De acordo com Duque (2017), a própria heterossexualidade é performática, destacando que a passabilidade encontra-se para além do gênero, abrangendo a sexualidade.

Ampliando a perspectiva da passabilidade, alguns autores (DUQUE, 2013, 2017; PIASON E STRAY, 2012; PONTES E SILVA, 2018; SOUZA, 2018), começam a incluir as influências das características que envolvem também a sexualidade. Proposto por Duque (2013), a passabilidade é lida como conceito amplo, considerando as roupagens e o olhar do outro como constituintes desta categoria.

Na defesa da passabilidade enquanto uma categoria, as autoras Pontes e Silva (2018) defendem esta epistemologia como uma forma de ampliar a teoria crítica frente a desnaturalização das normas de gênero, sendo esta reveladora de um registro normativo que lê corpos como inteligíveis agenciadores de suas corporalidades. Corporalidades marcadas pelos atravessamentos da sexualidade, como Duque (2013) reitera, há uma forte vinculação entre as sexualidades e a passabilidade, uma vez que *passar por* se relaciona com visões normalizantes de sexualidade.

Dentre as sexualidades normalizantes, protagoniza-se a não homossexual, tal como na existência da mulher a feminilidade se estabelece como um padrão a ser seguido. *Passar por* uma identidade heterossexual exige desta forma a incorporação de determinados padrões associados a esta; a feminilidade então é vista como uma das ferramentas para incluir-se na norma.

A experiência das identidades abjetas, também se relaciona com a de reconhecimento, pois para Souza (2017), passabilidade, ser passável, é ser ao outro “atingir a passabilidade requer um reconhecimento do ‘outro’ [...]” (p. 325), ou seja, este olhar que se constitui dentro de uma normatividade, de um reconhecimento do outro. Silva (2013) vê a passabilidade como uma estratégia para preservar a identidade diante do espaço público, da rua, o que faz possível associar a passabilidade com a mobilidade, ao ir e vir pela cidade. Em sua obra “Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços”, Silva (2013) observa o movimento de *passar por* como uma ampliação das possibilidades, criando versões diferentes de espaços e trajetos, que criam novas discussões como o paradoxo glamour e violência presente na vida de mulheres transgêneras. A passabilidade configura-se, como um dispositivo de proteção dúbio, que implica o *passar por* numa relação não só de identificação, mas de sobrevivência ao espaço público, e como única forma de existir.

Como levantado inicialmente a sexualidade enquanto dispositivo deve ser pensada a partir das técnicas de poder contemporâneas, (FOUCAULT, 2014). Questiona-se então a passabilidade como uma técnica de poder, pois destaca-se como um atravessamento das formas de existência, principalmente no que tange ao gênero e a sexualidade, sendo importante nas configurações de mobilidade entre os espaços e oportunidades de existência.

## **5 AS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA QUE A PASSABILIDADE PRODUZ**

Conforme Silva (2016) a passabilidade na feminilidade, compatível com normas sociais específicas, garante *passar por*, assim como também oportuniza privilégios. Os efeitos da passabilidade refletem nas relações dos sujeitos entre si, e com o meio que vivem. Em um ambiente homonormativo, a não identificação como integrante da comunidade LGBT pode ser lida como uma ameaça a esta, por estarem fora de tal norma (DUQUE, 2013); já no caso de um meio heteronormativo, observa-se efeito

contrário, sendo as características da feminilidade em mulheres integrando-as, dentro do que é aceitável.

Em ambos os casos faz-se necessário nomear a sexualidade, lésbica, bissexual, polisssexual, pansexual ou assexual, caso esta necessite ser reconhecida e afirmada. Ao mesmo tempo que ser mulher, ser feminina e relacionar-se com outras mulheres como colocado por Duque (2013) contribui para desestabilizar a categoria mulher, corroborando para um possível estabelecimento ou rompimento com um novo modelo de sociedade.

Duque (2013) em seus estudos, depara com uma pessoa que possuía passabilidade heterossexual e por estar em um ambiente LGBT, vivenciara o *passar por* como uma ameaça a sua segurança física, sendo ameaçada de não poder frequentar o local, como um risco para as pessoas LGBTs que faziam parte deste. Por outro lado, foi apresentado que na maior parte dos casos o não *passar por* é algo que gera mais atos relacionados a LGBTQI fobia.

A passabilidade com relação a sexualidade de mulheres LBT que performam feminilidade, deve ser compreendida através das diversas leituras destas categorias. Como citado anteriormente por Swain (2004) e Lewis (2017) a sexualidade de mulheres lésbicas lidas como *femme* pode contribuir para o apagamento das identidades, pelo aspecto da não diferenciação da norma; uma forma de segurança, uma permissão a possibilidades de existência.

Questiona-se os riscos envolvendo a passabilidade, visto que *passar por* está atribuído a ser ao outro, e ter sua identidade determinada pelo o outro, (DUQUE, (2013). O atlas da violência de 2019 aponta aumento nos casos de violência a mulheres lésbicas e bissexuais, (IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019) entre os anos de 2015 e 2016. 51,4% das vítimas de violência LGBT eram mulheres que se identificavam como lésbicas e 8,1% bissexuais, destacando estas violências principalmente nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

As formas de apresentação das violências às mulheres LBTs são múltiplas, conforme apontam Karpinsk e Santos (2019), a fim de compreender os discursos sobre violência contra mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais LBTs, pesquisaram sobre as políticas de silenciamento. Silenciar é não só impedir a fala, mas também ignorar o que se fala (KARPINSK; SANTOS, 2019).

A violência acontece na impossibilidade de existir e ser LBT, de acordo com Karpinsk e Santos (2019), proporcionadas pelos pais ou responsáveis; a não aceitação, pela patologização ou demonização de ser mulher LBT por ancorar no discurso religioso. Diniz (2011) complementa que, o ocultamento da sexualidade também é uma forma de violência, que pode se dar também pelo fetiche. Questionamos a feminilidade enquanto um fator de ocultamento da identidade, e se ela caracteriza-se então como uma violência menos visível, estrutural.

Em torno da sexualidade Foucault (2005), afirma esta como uma das articuladoras das relações das disciplinas do corpo da população, do governo e da forma com que este desenvolve o poder sobre a vida. Levanta-se o questionamento da passabilidade heterossexual, como uma esfera de poder, uma vez que envolve relações de existência, portanto, parte das relações de biopoder, (FOUCAULT, 2005, p.294) de manter o homem enquanto vivo, sendo colocado não como disciplinar, mas como regulamentador. Desta forma, as relações de poder se estabelecem também como modo de governo sobre os corpos e sobre a vida, ou seja, discursos de saber/poder que se destinam a exercer uma lógica de governabilidade que orientam práticas (FOUCAULT, 2005).

A passabilidade enquanto um dispositivo, que de acordo com Deleuze, é um conjunto de forças em exercício, “máquinas de fazer ver e fazer falar” (DELEUZE, 1996, p.1), é argumentada, possivelmente, para a proteção, de mulheres LBTs contra as violências. Entre as possíveis violências encontram-se as relações de LGBTQIFobia e as violências contra a mulher. Falar sobre estar ou alcançar a passabilidade, pode ser lida como proteção ao indivíduo e a sexualidade deste, implica em responsabilizar-se, enquanto que por outra via, *passar por* pode indicar também, como um de seus possíveis efeitos, a necessidade de proteger-se de algo.

Vale ressaltar, que *passar por* envolve o conjunto do que é ser e estar no mundo, as relações de controle e segurança, e também, as construções pessoais e individuais da identidade. Compreendendo identidade como múltipla, relacional, que de acordo com Avtar Brah (2006) engloba circunstâncias pessoais, sociais e históricas, em constante mudança. Deste modo, as construções individuais da identidade na feminilidade não necessariamente correlacionam-se diretamente com proteger-se de algo, fala também sobre um movimento de autoidentificação, que pode ter por consequência tal leitura.



O proteger-se de algo diz sobre situações de violência LGBTIfóbicas, que para Cassal, Bicalho (2011), não podem ser vistas apenas no âmbito individual, mas também como produção coletiva e do Estado. Cazelatto e Cardin (2016), apresentam o Estado como mantenedor da heterossexualidade, porém, os mesmos reforçam as dimensões da sexualidade como uma questão identitária, que envolve a esfera social, como um direito ao exercício da personalidade, sendo responsabilidade do Estado não só promover os tais direitos como proteger o exercício da sexualidade.

Sobre a política das multidões *queer*, Preciado (2011) critica os efeitos normatizadores da disciplina dos corpos nas formações identitárias. Porém, ao negar esta identidade dissidente, a não diferenciação das demais políticas de identidade pode ser empecilho para a formação de requisições específicas ao público LGBT, e no caso mais específico ainda, das mulheres que constituem este. Preciado, (2011) aponta que a normalização e a integração na cultura heterossexual dominante de pessoas LGBT's, contribuem para a reivindicação das chamadas políticas familiares, que incluem então, o direito ao casamento, à adoção e à transmissão do patrimônio. Pode-se dizer desta relação de aproximação também como uma forma de integração aos diversos meios, salientando que integração diferencia-se de inclusão das diversas identidades. Neste sentido, a política cultural, segundo Hall (2000), diz da transitoriedade das diferenças na relação de poder, argumentando que uma política cultural é identitária e com transitoriedades. Tal transitoriedade e construção das identidades fazem parte das relações de poder, das tentativas de controle e coação dos corpos, que estão em constante mudança.

A passabilidade, o olhar do outro, sobre as mulheres LBTs que relacionam com mulheres e performam feminilidade, determina leituras sobre a sua subjetividade, corpo e performance. As leituras decorrentes do movimento de *passar por*, produzem questionamentos sobre uma determinada validação da sexualidade, gerando possibilidades de existência, um dispositivo de proteção contra a violência do Estado e sociedade, que pode gerar leituras equivocadas da identidade sexual. As mulheres LBTs, através das identificações e construções pessoais com a feminilidade, fazem um convite ao rompimento da associação entre os conceitos de feminilidade e heterossexualidade, que pode ser entendida como uma provocação de conceitos e pré-conceitos sobre sexualidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras das performances das feminilidades foram observadas como específicas de acordo com a contextualização histórica e as sexualidades. A feminilidade em mulheres LBTs não-heterossexuais, foi observada como uma forma de “despatologizar” sua identidade perante a sociedade, como também de possibilitar outras opções de atravessamento pelos espaços. A passabilidade pode contribuir para que estas mulheres sejam menos aceitas como pertencentes a comunidade LGBT, mas também proporciona a discussão sobre as sexualidades em espaços majoritariamente conservadores e normativos.

Outras características que possuem relação com intersecções da feminilidade não foram abordadas devido ao enfoque nas identificações sexuais, e que influenciam nas possíveis leituras sobre esta, como por exemplo as questões relativas a raça, idade, a territorialidade e cultura, que podem vir a ser aprofundadas em estudos posteriores. Observa-se a necessidade de aprofundamento quanto o processo de patologização destas identidades, assim como também a posição da psicologia na manutenção de um sistema patologizante, classificatório e excludente.

A fim de compreender os processos de construção social do corpo feminino, deve-se ressaltar que a feminilidade é não somente uma construção social como também individual. Assim como a responsabilização pela segurança e mobilidade deve ser não somente individual, mas também responsabilizada pelo coletivo e Estatal.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mito**. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970. 309 p.

BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o género nas representações do homo-erotismo feminino, **Análise Social**. Universidade de Lisboa, 2010. p.307-327. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10694>> Acesso em: 10 set. 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745> >  
Acesso em 28 dez. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da realidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016. 288 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil; 1999. 288 p.

CARVALHO, Marina Moreira Antonucci de. Os impactos de padrões estéticos hegemônicos e modelos de feminilidade na subjetividade das mulheres. **UniCEUB**. 2018.18p.

CASSAL, Luan Carpes Barros; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. "Homofobia e sexualidade: o medo como estratégia de biopoder". **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 2, p. 1-8, 2011.

CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. O Discurso de Ódio Homofóbico no Brasil: Um Instrumento Limitador da Sexualidade Humana. **Revista Jurídica**, CESUMAR. Mestrado, v. 16, p. 919-938, 2016.

DELEUZE, Guilles. O que é dispositivo? In: **O mistério de ariana**. Tradução Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996. 104p.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, Abr. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602011000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2019.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280487>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. O direito ao manejo dos próprios dados, a autodeterminação e a passabilidade trans: diálogos a partir de um relato. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, V, 2017, Salvador. **Anais (Online)**. Salvador: Realize, 2017. 11p. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO\\_EV072\\_MD1\\_SA36\\_ID649\\_16062017182251.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA36_ID649_16062017182251.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FIRESTEIN; Beth A., New perspectives on group treatment with women of diverse sexual identities, **The Journal for Specialists in Group Work**, California: University of California Santa Cruz. v. 24, n.3, p. 306-315, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 4. ed. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 160p.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996. p.68-74.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Atlas da Violência, 2019**. 2019. 116 p. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf)> Acesso em: 25 set. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, 2012. 42 p. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

KARPINSKI, Mônica; SANTOS, Kátia Alessandra dos. Discursos de Violência Contra Mulheres LBT: Invisibilidade e Silenciamento. **PSI UNISC**, v. 3, n. 2, p. 55-71, jul. 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/13392>>. Acesso em: 29 set. 2019.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2018.

LEWIS, Elizabeth Sara. Eu quero meu direito como bissexual: a marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento LGBT e propostas para fomentar a sua aceitação. In: Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade, III, 2012, Campinas. **Anais (Online)**. Campinas: Unicamp, 2012.22p. Disponível em: <[http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LEWIS\\_ELIZABETH\\_SARA.pdf](http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LEWIS_ELIZABETH_SARA.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LEWIS, Elizabeth Sara. O ciclo paradoxal de apagamento e super-sexualização da bissexualidade nos movimentos LGBT: resistências em narrativas de ativistas bissexuais. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, V, 2017, Salvador. **Anais (Online)**. Salvador: Realize, 2017. 12p. Disponível em: <[https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO\\_EV072\\_MD1\\_SA25\\_ID669\\_19062017235202.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA25_ID669_19062017235202.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LIONÇO, Tatiana; COACCI, Thiago; CARVALHO, Mário Felipe de Lima. 40 anos da história do movimento LGBT no Brasil: memórias, desafios atuais e novas perspectivas - entrevista com Marco José de Oliveira Duarte. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 04, p. 217-230, fev. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/220>>. Acesso em: 04 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Heronormatividade e homofobia. In: Simpósio Paraná-São Paulo de sexualidade e educação sexual, 1, 2005, São Paulo. **Anais I**. São Paulo: Araraquara, 2005. p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 33-47, 1998.

MESSEDER, Suely Aldir; PEREIRA, Ana Gabriela Pio. O encontro no universo lésbico de Cassandra Rios: desafios, ambiguidades e tensões nos atos performativos masculinizados em "mulheres lésbicas". **Via Atlântica**, n. 24, p. 241-256, dez. 2013.

MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.28, n.1, p.105-114, 2016. Disponível em < [http://www.scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822016000105&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000105&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 137-153, mar. 2001.

PIASON, Aline da Silva; STREY, Marlene Neves. Mulheres que amam mulheres: perspectivas acerca do processo de auto-reconhecimento e visibilidade social. **Temáticas**, Campinas, v. 20, n. 40, p. 105-136, ago./dez. 2012.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PONTES, Júlia Clara; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Rev. peri.**, Salvador, v.1, n.8, p. 396-417, nov. 2017/abr. 2018.

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, Abr. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 Set. 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010. 28p.

SILVA, Carolina Cavalcante Lins. **Da luta pela vida à busca pela cidadania: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR CHIMIN, Alides Baptista. (Org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013, p. 143-182.

SILVA, Leilane Assunção da; SOUZA, Emily Mel Fernandes de; A epistemologia do barraco: uma breve história do movimento LGBTI em geral. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 21, p. 106-121, Jul-Dez. 2017.

SOUZA; Carla Cristina de. Corpos [i]legítimos: a passabilidade como trânsito e reconhecimento. **Revista Ártemis**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 324-3228, jan./jun. 2018.

SWAIN, Tânia Navarro. O normal e o abjeto: a heteronormatividade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys: **Estudos Feministas**, v. 6, ago./dez. 2004. 9 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/index.html>>. Acesso em: 15 abr. 2019.